

FMI estuda a criação de fundo fiduciário para os endividados

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional estuda a possibilidade de criar fundos fiduciários para cada país candidato à redução da dívida externa através do Plano Brady. Há pouco tempo, o FMI administrou um fundo semelhante para a Bolívia, que conseguiu reduzir parcialmente seus débitos com o apoio de outros países.

Os fundos, propostos por uma equipe de técnicos encarregada de estudar a participação do FMI no plano delineado pelo secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, pertencem aos países endividados que neles depositariam quantias para garantir o pagamento de juros ou redução das dívidas.

Desta forma, lembram, se evitaria a transferência do risco dos devedores para a instituição financeira, um dos maiores temores do FMI e dos países credores. Nesses fundos seriam depositadas doações de países ricos e até mesmo créditos do próprio Fundo Monetário e de agências dos países credores. A moeda recomendada seria o Direito-Especial de Saque (DES) do próprio FMI.

O relatório no qual a equipe técnica recomenda "encarecidamente" suas idéias à diretoria executiva do FMI está sendo analisado esta semana nas reuniões ordinárias das segundas, quartas e sextas feiras, informaram fontes financeiras à agência EFE.

A sugestão foi bem recebida, mas

alguns países prefeririam que fosse criado um só fundo fiduciário no qual os endividados "abririam contas particulares a serem administradas diretamente pelo FMI", completaram as fontes. O Fundo Monetário, assim como o Banco Mundial, foram envolvidos na estratégia do Plano Brady a pedido de 151 países que os encarregaram de preparar propostas separadas para o projeto de redução da dívida externa do Terceiro Mundo.

Quanto ao Banco Mundial, seus técnicos devem terminar esta semana o exame da questão para apresentá-la breve à diretoria do Bird. "Os técnicos esboçaram dois ou três rascunhos e quando forem encaminhados à direção, a decisão deverá ser rápida", disseram as fontes.

O Plano de Solidariedade Econômica firmado pelo governo, empresariado e trabalhadores mexicanos começa a se esfacelar devido às exigências sindicais e à atitude vacilante dos bancos credores de reduzir o蒙stante da dívida externa e conceder dinheiro novo ao país. Há 17 dias, os professores estão em greve exigindo um aumento de 100% (o governo oferece 25%) e ontem foi a vez dos trabalhadores da empresa municipal de transporte público da Cidade do México de paralisar os serviços. O PSE deve acabar a 31 de julho, mas antes o governo deverá encontrar uma fórmula de manter a inflação sob controle sem causar desabastecimento, afetar mais o mercado interno e evitar especulação com divisas.